

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **114439/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09 a LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PROD. PARA BIOTECNOLOGIA LTDA, CNPJ 63.067.904/0005-88 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 184903/2020–Edital 2553/2019.

Cod. Mat.: 733177

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 116986/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108, I, do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à **Zero5 Distribuidora Eireli ME** – CNPJ nº: 31.552.106/0001-21 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 18306/2020 – Edital nº 859/2020 (PE).

Cod. Mat.: 733180

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 27783/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE aplicar à empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda** – CNPJ Nº 00.802.002/0001-02 a **penalidade de MULTA no valor de R\$ 247,20** por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 1676/2020 – Edital nº 1192/2019.

Cod. Mat.: 733181

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **133652/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09 a LICIMED DISTR. DE MED. COR. E PROD. MÉDICOS HOSP. LTDA, CNPJ 04.071.245/0001-60 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 187131/2020 –Edital 1643/2019.

Cod. Mat.: 733185

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 39707/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa MEDILAR IMPOR. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A– CNPJ Nº 07.752.236/0001-23 a penalidade de **MULTA no valor R\$ 1.553,68 por descumprimento de entrega do material da Autorização de Fornecimento nº 665/2020 – Edital nº 66/2019.**

Cod. Mat.: 732889

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 35788/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS - HOSPITALARES LTDA – CNPJ Nº 25.463.374/0001-74**, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento de entrega do material da Autorização de Fornecimento nº 6299/2020 – Edital nº 1642/2019.

Cod. Mat.: 732898

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 62910/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD. PARA BIOTEC LTDA, CNPJ 63.067.904/0006-69 a penalidade de **MULTA no valor R\$ 29.700,00 por descumprimento da Ordem de Fornecimento nº 399/2020 – Edital nº 797/2020.**

Cod. Mat.: 732930

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 276/GAB/DGPC/PCSC, de 22/03/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 31/2019**, no qual são acusados os servidores de matrícula nº 650544-9 e nº 953688-4, mandado instaurar pela Portaria nº 305/SSP/DGPC/CORPC, de 03/04/2019, publicada no DOE n.º 21.138, de 07/11/2019, **com efeitos a contar do dia 18/04/2021.**

Paulo Norberto Koerich

Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 727712

PORTARIA Nº 236/PCSC/DGPC/CORPC de 11/03/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Polícia Civil, **Maria Carolina Milani Caldas Sartor**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos dos artigos 3º, §3 e 16 a 24, todos da Lei Complementar 491/2010 e artigo 224 da Lei n. 6843/86, determina a instauração de Sindicância Acusatória, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, designando os Servidores **Gustavo Kaiber**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658.316-4 e **Thiago Costa**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 392.514-5 para comporem Comissão de Sindicância a ser presidida pelo primeiro, com a finalidade de apurar possível cometimento de infração disciplinar, atribuída na Sindicância Preliminar nº 133/2020 ao Delegado de Polícia Substituto **D.P.**, matrícula nº 981.457-4, na forma do **artigo 208, XV**(deixar de cumprir na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito), c/c **artigo 204 da Lei 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por ter, deixado de cumprir o teor da resolução nº 002/GAB/CP/SSP/2004, em especial o item "a", uma vez que deixou de proceder diligências preliminares, tais como, reduzir a termo as declarações da vítima e juntar ao registro de ocorrência, o contrato de financiamento em discussão, para então encaminhar de forma fundamentada a documentação à unidade policial onde encontrava-se sediada a revendedora de veículos, ou seja, fundamentando o seu entendimento de que a competência para apuração dos fatos era de uma das Unidades Policiais de São José.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor

Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732836

PORTARIA Nº 353/PCSC/DGPC/CORPC de 15/04/2021

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Acusatória nº **73/2019**, no qual é acusado(a) o/a Servidor(a) de matrícula nº 658.348-2, mandado instaurar pela Portaria nº 1162/PCSC/DGPC/CORPC de 13/11/2019, publicada no D.O.E. nº 21.162, de 12/12/2019, com efeitos a contar de 05/04/2021.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor

Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732837

PORTARIA Nº 354/PCSC/DGPC/CORPC de 15/04/2021

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 07/2021**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 953.863-1, mandado instaurar pela Portaria nº 1133/PCSC/DGPC/CORPC de 23/12/2020, publicada no D.O.E. nº 21.457, de 12/02/2021, com efeitos a contar do dia 13.04.2021.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor

Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732838

PORTARIA Nº 355/PCSC/DGPC/CORPC de 15/04/2021

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 14/2021**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 378.402-9, mandado ins-

taurar pela Portaria nº 1023/PCSC/DGPC/CORPC de 13/11/2020, publicada no D.O.E. nº 21.476, de 11/03/2021, com efeitos a contar do dia 10.04.2021.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor

Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732839

PORTARIA Nº 356/PCSC/DGPC/CORPC de 15/04/2021

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 15/2021**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 954.617-0, mandado instaurar pela Portaria nº 012/PCSC/DGPC/CORPC de 08/01/2021, publicada no D.O.E. nº 21.476, de 11/03/2021, com efeitos a contar do dia 10.04.2021.

Maria Carolina Milani Caldas Sartor

Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732840

PORTARIA Nº 351/GAB/DGPC/PCSC, de 15/04/2021.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 38/2019**, no qual é acusada a servidora de matrícula nº 308.536–8, mandado instaurar pela Portaria nº 846/GAB/DGPC/PCSC, de 26/08/2019, publicada no DOE n.º 21.130, de 25/10/2019, **com efeitos a contar do dia 17/04/2021.**

Paulo Norberto Koerich

Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732876

PORTARIA Nº 043/DIAF/DGPC/PCSC, de 16/04/2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **GENTIL BELLANI NETO**, matrícula nº 0322.862-2-01, para atuar na fiscalização do Contrato nº 080/CPL/DGPC/2020, PCSC 48818/2020, em substituição à Agente de Polícia **SANDRA TAVARES**, matrícula 0196.510-7-01, designada conforme DOE/SC nº 21.307, de 10/07/2020.

VALÉRIO ALVES DE BRITO

Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil

Cod. Mat.: 732895

Polícia Militar

PORTARIA DA PMSC Nº 146/PMSC/2021.

Assunto: Delegação e Subdelegação de competências às autoridades policiais militares estaduais na área de atribuições administrativas.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no art. 10 do R-200, aprovado pelo Decreto federal nº 88.777 de 30 de setembro de 1983, art. 5º da Lei estadual nº 6.217 de 10 de fevereiro de 1983, inciso XI do art. 36 do Decreto estadual nº 19.237, de 14 de março de 1983, na Lei estadual nº 6.218/83 Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, parágrafo único do art. 43 da Lei complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e nos artigos 1º e 8º do Decreto estadual nº 348/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam subdelegadas as competências ao Subcomandante-Geral, aos Diretores e aos Comandantes Regionais ou equivalentes, Comandantes de Batalhões ou equivalentes, relativamente aos efetivos orgânicos que lhe são subordinados, para proferir despachos finais nos processos relativos à:

I – prorrogação de tempo de serviço das praças (engajamento e reengajamento para fins de estabilidade, nos termos do art. 149 da Lei estadual nº 6.218/83 (alínea “d” do inciso IV do art. 8º do Decreto estadual nº 348/2019));

II – concessão de licença especial, nos termos do art. 69 da Lei nº 6.218/83 (alínea “c” do inciso III do art. 8º do Decreto estadual nº 348/2019);